



Polícia Civil finaliza mais três Inquéritos em Santa Bárbara

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), em Santa Bárbara, concluiu hoje mais três Inquéritos desmembrados das investigações que originaram a operação Apollo 13, deflagrada em 27 de julho desse ano. Na ocasião foram presas 10 pessoas ligadas à Câmara Municipal de Santa Bárbara, sendo o presidente do órgão, o ex-presidente e outros três vereadores, além de servidores e um empresário.

Segundo o Delegado Domiciano Monteiro, responsável pelas investigações, agora são cinco Inquéritos concluídos pela PCMG envolvendo os crimes praticados através da Câmara Municipal. “Em setembro foi finalizada a apuração referente às diversas compras ilegais na gestão do ex-presidente José Ladislau Ramos, várias delas praticadas mediante fraudes em licitações, dispensas ilegais de licitações e utilização de documentos de falso teor, o que culminou com o indiciamento de mais 10 pessoas”, explicou. De acordo com o Delegado, José Ladislau responde por seis crimes nesse Inquérito. Outra investigação foi relacionada ao desvio de dinheiro de corporação musical do município para o então presidente da Câmara Juarez Camilo Carlos, que recebia o dinheiro em espécie.

O primeiro dos Inquéritos finalizado hoje trata da contratação mediante licitação fraudada de serviços de informática junto à empresa Joelma Auxiliadora Borges Gomes, cuja proprietária é prima do vereador Ermelindo Francisco Ferreira, empresa administrada por Delson Vieira Gomes. Foram indiciados, além do administrador, o ex-vereador José Ladislau Ramos, o vereador Ermelindo Francisco Ferreira e os assessores jurídicos Bruno Henrique Ferreira e Frederico Magalhães Ferreira.

O segundo Inquérito refere-se a contratação de serviços de obra superfaturada, realizada no ano de 2017, mediante documentos falso e dispensa ilegal de licitação. A investigação aponta que a contratação foi realizada junto ao empresário Fabiano de Souza Gonçalves Brandão pelos vereadores Ermelindo Francisco Ferreira e Juarez Camilo Carlos.

Já o terceiro Inquérito envolve desvio de dinheiro público através do Cine Vitória, empresa de cinema do empresário Rui Segate que funciona de forma gratuita no prédio da própria Câmara Municipal. Segundo os levantamentos realizados pela PCMG, entre 2014 e 2017 a Câmara Municipal pagou R\$176.485,50 divididos em 15 pagamentos ao empresário, sem formalização de contratos. Também foi apurado que a metade do valor era devolvido em dinheiro para o vereador Juarez Camilo Carlos. Além dos dois citados, foram indiciados os assessores jurídicos Frederico Magalhães Ferreira, Luiz Carlos Monteiro de Barros e Diogo de Araújo Lima e os servidores responsáveis pelo setor de licitação.

“À medida que as investigações avançam mais fatos criminosos estão sendo descobertos. A expectativa é que nos próximos meses outros Inquéritos Policiais sejam concluídos. Podemos dizer que durante muito tempo, independente do grupo que estava no poder na Câmara Municipal de Santa Bárbara, aquele órgão era utilizado com a finalidade precípua de obtenção de recursos ilícitos por seus membros e servidores através de relações espúrias com empresários”, disse Monteiro.

Acompanhe o [facebook](#) da Polícia Civil

Gabinete do Delegado Assistente da Chefia da Polícia Civil
Assessoria de Comunicação – PCMG
(31) 3915-7182 - (31) 3915-7192
imprensa.pcmg@gmail.com